

AUTOIDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS(AS) DO ENSINO FUNDAMENTAL II DE UMA ESCOLA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE AREIA – PB

Lucimere de Sousa Oliveira(1), Rosivaldo Gomes de Sá Sobrinho(2)

*Universidade Federal da Paraíba, lucimeresouza24@hotmail.com(1); Universidade Federal da Paraíba,
rosivaldosobrinho@gmail.com(2)*

RESUMO

Este estudo objetiva discutir a questão da autoidentidade afro-brasileira de alunos(as) do ensino fundamental II da escola pública municipal José Lins Sobrinho, dando especial atenção a questão da autoafirmação étnico-racial. Este trabalho resulta de uma ação desenvolvida no projeto de extensão (**Identidade afro-brasileira e enfrentamento do racismo: construindo novas relações sociais**) vinculado a Universidade Federal da Paraíba-UFPB. A referida ação tratou-se da aplicação de questionários semiestruturados a 160 alunos(as) da referida escola. Depois de respondidos, os questionários foram analisados e discutidos os dados que trouxeram informações a respeito da formação familiar dos(as) alunos(as), os quais em sua maioria convivem com mais de cinco pessoas compartilhando renda de até um salário mínimo mensal; quanto a afirmação étnico-racial verificou-se que boa parte se assume como PARDO e “MORENO”, poucos se consideram NEGROS ou PRETOS. Ao serem questionados, muitos afirmaram existir mais estudantes negros(as) na escola, se contrapondo ao resultado exposto no gráfico, e atribuem a dificuldade destes se assumirem como tal, por sentirem vergonha da cor negra, medo do preconceito, racismo e discriminação. Com isso, percebemos que há a necessidade de continuar com as ações do projeto acima referido, pois este fortalecerá a importância da identidade afro-brasileira, contribuindo para que mais alunos(as) se sintam a vontade em se reconhecerem como negros(as) e tenham a oportunidade de participarem de atividades que buscam o respeito a diversidade étnico-racial principalmente ao que se refere a cultura e identidade do povo negro.

Palavras-chaves: Extensão, Identidade, Valorização.

INTRODUÇÃO

É inegável a influência cultural oriunda da presença africana no Brasil. A diáspora africana nos deixou um legado cultural que ao longo do tempo foi se constituindo como formas de vida dos brasileiros e dando origem ao que chamamos de cultura afro-brasileira. Não se pode rejeitar que a partir dessas contribuições houve um enriquecimento em diversos aspectos culturais brasileiros. Ter consciência sobre tal realidade é de extrema importância na luta contra o racismo, o preconceito e a discriminação racial, ainda bastante presentes na nossa sociedade, atingindo, na maioria das vezes, a população afro-brasileira. Nota-se com isso, uma necessidade de promover ações que sirvam como forma de incentivo ao reconhecimento e valorização dessa cultura imprescindível para o crescimento do país no que se refere a contribuições na economia, no âmbito social e político, mas, sobretudo na formação identitária. Conforme Géglio,

A consciência identitária do sujeito brasileiro é uma aprendizagem inerente ao processo de escolarização. A escola é o *locus* no qual se educa o espírito cidadão e a percepção da identidade nacional. Para tanto, é imprescindível o ensino da cultura dos diferentes povos e etnias, bem como, das suas personagens para a edificação da nação brasileira. (GÉGLIO, 2013, p.52).

É nessa perspectiva que o projeto “Identidade afro-brasileira e enfrentamento do racismo: construindo novas relações sociais” busca alcançar seus propósitos, construindo ações que visam valorizar a cultura e identidade afro-brasileira e como consequência disso contribuir com a autoafirmação dos alunos(as) da escola José Lins Sobrinho.

Nesse sentido, reconhecendo a luta dos movimentos negros contra o racismo, pelo reconhecimento e a valorização da identidade afro-brasileira, temos como uma de suas conquistas a criação da Lei 10.639 de 2003, a partir da qual as escolas públicas e particulares foram responsabilizadas a ensinarem aos alunos sobre a História e Cultura afro-brasileira. Entretanto o que se pode observar em relação a esta lei, são falhas na sua aplicabilidade no que se refere a negligência por parte de instituições escolares que não colocam em prática as ações que dão sentido concreto ao seu propósito e, quando colocadas em prática, são realizadas de forma precária contribuindo muitas vezes para dar continuidade as atitudes de negação da identidade afro-brasileira.

Abordar esse conteúdo nas escolas significa avançar na busca de uma sociedade mais justa, igualitária e que conviva de maneira harmoniosa e respeitosa com as diferenças existentes entre os povos. Corroborando com essa idéia, Géglío afirma que:

A educação, com vista às relações étnico-raciais e ao ensino de História e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino básico, é uma prática que vai além da necessidade primordial de erradicar a discriminação e o preconceito racial com relação aos negros. É uma forma de educar o sujeito para a diversidade étnica e para a pluralidade cultural humana e, acima de tudo, educar para a convivência com as diferenças, que demanda o respeito, a tolerância o reconhecimento do direito alheio e o espírito democrático. (GÉGLIO, 2013, p. 53-54)

Nessa perspectiva, o presente artigo busca discutir a respeito da autoidentidade afro-brasileira de alunos(as) de uma escola pública municipal, dando especial atenção a questão do reconhecimento étnico-racial. Tendo em vista que este processo de reconhecimento pode ser considerado essencial para a construção cidadã de qualquer pessoa. Além de possibilitar uma compreensão acerca do público alvo, e assim podermos desenvolver atividades melhores pensadas e estruturadas, com vista no alcance dos resultados almejados pelo projeto acima referido. Nessa direção contribuiremos também para o entendimento do quanto é importante na vida de qualquer

pessoa o processo de aceitação positiva de si mesmo, da sua identidade seja qual for, sobretudo quando se trata da aceitação em ser negro(a) pela pessoa negra. Aceitar sua identidade com firmeza, segurança e prazer é uma atitude que trilha em direção a um país mais justo e igualitário, uma vez que os sujeitos ao se posicionarem dessa forma, passam a se colocarem mais firmemente diante das dificuldades e injustiças impostas pela sociedade.

METODOLOGIA

O presente estudo é resultado de um projeto maior, o qual está sendo desenvolvido desde o mês de março de 2018 na escola José Lins Sobrinho, localizada no município de Areia, estado da Paraíba. Dentre as ações já colocadas em prática no âmbito deste projeto, está a aplicação de questionários semi-estruturados contendo treze questões, que foram respondidos por 160 alunos(as) do ensino fundamental II. Depois de respondidos, passaram por análises e organização dos dados e sua exposição aos alunos(as), sala por sala, buscando sempre problematizar pontos considerados importantes para a reflexão e o diálogo entre todos.

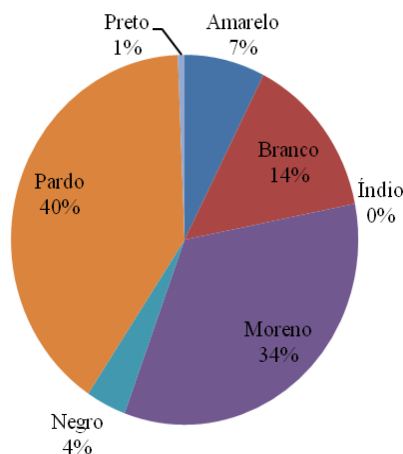
Partindo de uma escolha epistemológica que busca compreender o ser humano na sua relação com a sociedade, nossa proposta se fundamenta não apenas pelas relações materiais, mas também por interações simbólicas na qual a visão do eu é construída na relação com o outro. Assim o trabalho apresenta caráter qualitativo quantitativo buscando orientar-se pela compreensão de um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado, trabalhando assim com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atividades (Minayo, 2007, p.21). Além de qualitativo, consideramos que a quantificação de algumas informações foi necessária para melhor apresentar as informações e discuti-las com o público na concepção de que o quantificável, segundo Prodanov e Freitas, 2013 pode nos ajudar a classificar a analisar os dados obtidos.

RESULTADOS E DISCURSÕES

A análise e sistematização dos dados dos questionários trouxeram informações indispensáveis para a continuidade do projeto, dentre estes dados selecionamos aqueles mais pertinentes para o alcance do objetivo desse trabalho, tais informações serão apresentadas nesta sessão a partir do **Gráfico 01** que trata sobre o reconhecimento étnico-racial dos alunos. A questão

objetivava compreender quais grupos ou grupo étnico eles se sentem membros. Para entendermos o resultado, passemos a análise do gráfico.

Gráfico 01 – Autodefinição do ponto de vista étnico-racial



Fonte: Informações coletadas em campo

O **Gráfico 01** nos mostra que a maioria dos estudantes pesquisados se considera pessoa parda, o que resultou em uma porcentagem de 40%; 34% representam aqueles que escolheram a opção moreno, como vemos, resultou numa porcentagem também bastante significativa; 14% se consideram brancos, e apenas 4% se identificaram como negros(as).

Como verificado, poucos escolheram as opções Preto ou Negro. Este é um resultado que para nós não condiz com a realidade observada em sala de aula especialmente com base na característica fenotípica relacionada a cor da pele dos(as) alunos(as), e nos leva a considerar que muitos omitiram a escolha das opções em questão. Tal resultado nos impulsiona a admitir que ainda exista uma barreira muito forte impedindo que mais pessoas se sintam a vontade para se declararem pretas ou negras e isso se deve ao fato de que historicamente continua sendo atrelado a esse grupo étnico, “[...] estereótipos do escravo, que sempre trabalha arduamente, cuja referência é o passado escravocrata do País [...]” (RIBEIRO, 2010, p.73). Ser preto ou ser denominado preto gera desvalorização em sentido absoluto (RIBEIRO, 2010). A partir de opiniões escritas pelos(as) alunos(as) é possível conhecermos a que motivos eles atribuem a não escolha das opções negro ou preto por mais alunos(as). A1-Aluno(a) um; A2-Aluno(a) dois e assim sucessivamente.

“Existem muitos(as) mais alunos(as) negros(as). Mas essas pessoas não se declararam para não serem alvos de preconceito”. A1

“Eu acho que tem muitas pessoas negras na escola, mas não gostam de sua cor e também por causa do preconceito. O preconceito os impedem de se declarar”. A2

Ainda referente a este gráfico cabe enfatizarmos um ponto considerado de extrema importância para o processo de reconhecimento identitário pela pessoa afro-brasileira. O ponto ao qual nos referimos é a escolha pela opção “MORENO(A)”, que deteve a segunda maior porcentagem como discutido acima. Ao utilizarmos tal opção, partimos do entendimento de que ao escolhê-la, o(a) aluno(a) poderia estar negando o seu real fenótipo na tentativa de se distanciar dos rótulos aviltantes que até hoje sofrem a população negra. Fortalecendo essa idéia, Ribeiro (2010, p.72) em entrevista com aluno(as) destaca que:

[...]o(a) moreno(a) pode ser percebido(a) como uma emanção sutil de preconceito em si mesmo. Isto é, o moreno usado pelos alunos entrevistados é *per si* uma forma de racismo, ele pode articular consigo uma modalidade de preconceito racial que se dá no movimento de negação de si, de transformação de si em outro, de tornar-se um outro, uma outra, que evita aquele e aquela que são discriminados, vítimas de ofensa e injúria racial.

Além disso, essa pode ser também uma forma de alimentar a ideologia do branqueamento que permanece resistente embora tenha se buscado combatê-la. Sobre essa ideologia (Brasil, 2004) nos fala que a mesma se encontra difundida na sociedade de que pessoas brancas seriam mais humanas, de inteligência elevada e, devido a isso, possuiriam o direito de estar a frente e declarar o que é bom para todos(...). Assim, é provável que pessoas negras acabem sendo motivadas por esse tipo de ideologia e, nesse sentido, tenham a tendência de reproduzirem o preconceito do qual são vítimas. Aliás, “Ser moreno é, sobretudo não usar o preto, não usar o negro”(RIBEIRO, 2010, p. 69). Observemos as frases escritas por alguns alunos(as) que nos ajudam a entendermos um pouco sobre essa resistência em reconhecer-se como negro(a) ou preto(a):

“Por que a maioria são morenos e pardo ou tem vergonha de falar que é negro”- A3

“Porque essas pessoas tem vergonha de demonstrar sua cor verdadeira de origem, aí põe a maioria diz que é branco ou moreno mesmo sem ser moreno sendo negro ou preto. Nem todo mundo é branco”- A4

Entendemos que o contexto de vida da população negra pode influenciar decisivamente sobre essa questão do reconhecimento étnico – racial por parte do(a) aluno(a), e que muitos deles podem

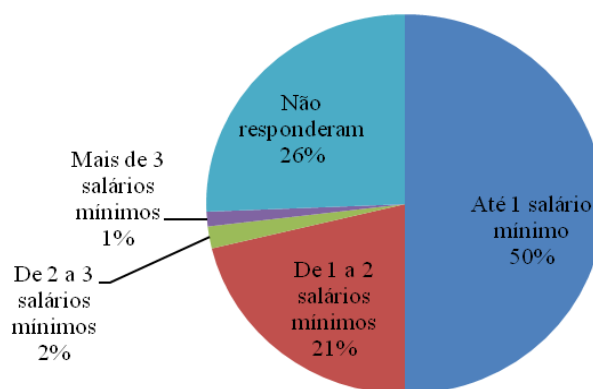
ter resistido em se declararem negros ou pretos pelo fato de há muitos anos vivenciarem ou presenciarem contextos de vida negativos envolvendo principalmente essa população étnica. Nesta direção, Silva (2005, p, 31) declara que

“As denominações e associações negativas em relação à cor preta podem levar as crianças negras, por associação, a sentirem horror à sua pele negra, procurando várias formas de literalmente se verem livres dela, procurando a “salvação” no branqueamento”.

Uma pessoa negra que cresce em meio a ambientes desse tipo, discriminatórios, provavelmente não será capaz de se considerar negro ou Afro-brasileiro.

Algo que deve ser levado em consideração sobre essa questão do contexto desvantajoso no qual o(a) negro(a) está inserido(a), é o fato deste(a) ter que enfrentar barreiras imensas impostas pela sociedade na busca da ascensão social, ajudá-los a se autoafirmarem negros(as) pode ser uma estratégia necessária, de modo a incentivá-los a se enxergarem positivamente e assim se tornarem pessoas mais seguras de si e com mais autonomia e força de vontade para exigirem seus direitos diante de uma organização social em que as oportunidades ainda aparecem com mais facilidade e na maioria das vezes para as pessoas brancas, as quais ocupam melhores cargos de empregos com melhores salários por exemplo, como discutiremos adiante.

Gráfico 02 – Renda média da família



Fonte: informações coletadas em campo

Como se pode observar no **Gráfico 02**, 50% das famílias possuem uma renda mensal de até um salário mínimo. Cabe salientar que através da análise dos dados ficou constatado que 72% afirmaram ser essa renda, oriunda da agricultura, como afirma Costa (2015), ao dizer que no que se refere a questão da sobrevivência, grande parte dos moradores que persistiram em residir no Distrito Santa Maria continuam obtendo sua renda a partir da agricultura especialmente através do plantio de banana e de outros gêneros agrícolas de subsistência.

Por meio dos dados verificamos que a maioria dos alunos(as) convive com mais de cinco pessoas, no caso 33%, e vale destacar que 21% convive com quatro pessoas. Ao relacionarmos essas informações ao resultado do gráfico 03, percebemos que são famílias que compartilham renda de até um salário mínimo, insuficiente para suprir as necessidades de alimentação, higiene, educação, saúde, lazer, vestuário, moradia, dentre outras, inerentes a qualquer organização familiar com essa quantidade de pessoas. Essa realidade que expressa fragilidade financeira pode estar relacionada ao fato da maioria dos alunos(as) se enquadrarem como parte da população afro-brasileira, se considerarmos a união das porcentagens obtidas pelas opções pardos, morenos e negros como mostra o gráfico 01. A renda familiar é um fator indispensável no equilíbrio social. Isso porque “a renda é um bom indicador de acesso a bens e serviços e possibilita identificar as desigualdades raciais entre as famílias” (IPEA,2014,p.14). Ao longo do tempo tem sido constatado desigualdades neste aspecto em que a população negra enfrenta maiores dificuldades para a obtenção de uma renda digna se relacionada a população branca.

A respeito desta questão vejamos o que nos fala o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA (2014,p.15-16) baseado em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios PNAD

[...]os negros possuem nível de renda *per capita* familiar menor que os brancos, sendo mais numerosos nas faixas de rendimento com menos de 0,5 salário mínimo de renda mensal *per capita* familiar. [...]A parcela com menos de 0,5 salário mínimo passou de 65,8%, em 2001, para 38,6%, em 2012, uma redução muito significativa, embora ainda sejam maioria entre os pobres. O total de brancos nesta faixa de renda era de 19,2% em 2012. [...]Em relação à população com renda familiar *per capita* acima de 1,5 salário mínimo, entre 2001 e 2012 os níveis de disparidade entre brancos e negros se mantiveram relativamente altos, ainda que com redução das desigualdades. Em 2012, 36,0% da população branca se encontrava nesta faixa, em contraposição aos 15,6% da população negra.

Ainda que se busque erradicar com as desigualdades entre negros e brancos em diversos aspectos sociais, percebemos que estes primeiros continuam em posições inferiores. Na educação, por exemplo, o IPEA (2014, p.20) mostra que:

as taxas de escolarização líquida de negros são significativamente inferiores às de brancos nos ensinos médio e superior. O mesmo acontece para cobertura escolar na faixa de até cinco anos de idade. Cabe destacar, no entanto, que nos ensinos médio e superior a desigualdade entre brancos e negros sofreu relevante redução no período analisado. No ensino médio, a frequência líquida dos jovens negros era metade daquela apresentada pelos brancos; em 2012, a diferença passou a ser de três quartos. Por sua vez, ainda que o ensino superior seja o nível com maior desigualdade entre as taxas de negros e brancos (a taxa dos negros foi inferior à metade da taxa dos jovens brancos em 2012), trata-se da etapa em que se verificou maior evolução da taxa da população negra (cerca de 200%). Para o ensino fundamental, as taxas de escolarização líquida praticamente se igualaram em 2012. Ainda que declinantes, os diferenciais de frequência escolar influenciam negativamente as oportunidades de inserção posterior da população negra no mercado de trabalho.

Além desses aspectos, o IPEA também trás informações sobre a questão da moradia, em que mais uma vez os brancos se encontram em melhores condições quando comparados aos negros; ao tratar sobre emprego, há também o enfrentamento de desvantagens por parte dos representantes dessa população.

Entende-se que em meio a um contexto como esse, de desigualdade, uma pessoa pode facilmente ser influenciada a negar sua real identidade étnica em prol de garantir para si, a chance de trilhar caminhos que a ofereçam melhores condições de vida. Essa negação pode ser percebida de diversas maneiras, a exemplo da mudança de cabelo, em deixar de assumir cachos e passar a alisá-los, algo que é bastante comum; não se declarar negro(a) mesmo possuindo características que demonstrem isso, e diversas outras atitudes praticadas com o fim de negar suas origens africanas. Dessa forma, verifica-se a grande necessidade de criarmos cada vez mais estratégias que visem o fim das dificuldades que impedem a ascensão social e o auto-reconhecimento ético - racial do povo negro. Para isso, devemos colocar em prática um trabalho que busque diariamente a valorização da cultura e identidade africana e Afro-brasileira como uma ferramenta que pode se constituir bastante eficiente nesse sentido.

Ao expormos este resultado para os alunos(as), foi lhes pedido que respondessem a uma pergunta a qual objetivava saber se o resultado do gráfico 01 relacionado a identidade ético-racial, condizia com a realidade observada na escola, ou seja, se existiam apenas aquela quantidade de negros(as) como o gráfico mostrou, se caso achassem que existiam mais pessoas negras, deveriam complementar sua resposta falando o que levou essas pessoas a não se declararem. Após verificarmos as 124 respostas, percebemos que os(as) alunos(as) não concordaram com o resultado do gráfico, pois estes em sua maioria afirmaram que na escola existem mais pessoas negras e que os possíveis motivos que as impediram de se declararem eram por vergonha de sua cor, medo do racismo, discriminação e preconceito, vale destacar que a grande maioria, no caso 110 se referiram

ao sentimento de vergonha que muitos expressam diante de sua própria cor. Segue alguns exemplos das respostas dadas por alguns alunos:

“Sim existe mais pessoas negras porque elas podem sentir vergonha de sua cor”- A5

“Sim. Porque as pessoas são racistas”- A6

“Sim. Por que a mais negros do que branco e também tem muitas pessoas preconceituosas”- A7

“Sim.com medo do preconceito”- A8

“Sim. Por medo de sofre alguma discriminação”- A9

Os alunos(as) trazem em seus escritos o resultado das injustiças sofridas ao longo de muitos anos pelo povo negro, especialmente devido ao período escravocrata em que milhares de africanos foram trazidos a força para o Brasil e submetidos a viverem escravizados, o que deixou marcas negativas recorrentes, responsáveis por gerar ainda hoje, problemas que afetam diariamente essa população, representada por um povo que precisa enfrentar além das dificuldades comuns a todos, a falta de liberdade de poder ser quem é, de mostrar sua identidade sem medo de sofrer algum tipo de represália por isso, conviver com vergonha quando poderiam ter muito orgulho de sua cor, além de enfrentarem o preconceito, racismo e a discriminação fortemente presentes na sociedade na qual *“afloram a todo momento, ora de modo velado, ora escancarado, e estão presentes na vida diária”*. (LOPES, 2005,p.186). Conforme esta mesma autora

O combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação, em nível escolar, deve tomar as mais diferentes formas de valorização da pessoa humana, povos e nações, valorização que se alcança quando descobrimos que as pessoas, mesmo com suas dessemelhanças, ainda são iguais entre si e iguais a nós, com direito de acesso aos bens e serviços de que a sociedade dispõe, de usufruí-los, criar outros, bem como de exercer seus deveres em benefício próprio e dos demais.(LOPES, 2005, p,187)

Os pensamentos expressos nas frases expõem uma realidade que exige muito esforço e luta principalmente no âmbito educacional no sentido de tentar remover do caminho do povo negro e afro-brasileiro os obstáculos que lhe impede de viver plenamente sua cidadania. Obstáculos que ainda hoje impossibilitam esse povo de avançar positivamente em muitas áreas da sociedade. Buscar reverter tal realidade exigirá dentre tantas outras ações, a desconstrução de um ensino em que *“a história da população negra quando é contada no livro didático é apresentada apenas do*

ponto de vista do “Outro” e seguindo uma ótica humilhante e pouco humana” (MUNANGA 2005, p.16). Nessa direção Silva (2005, p.158) ressalta que:

Todo esse processo de aquisição de conhecimentos e de formação de atitude respeitosa de reconhecimento da participação e contribuição dos afro-brasileiros na sociedade brasileira requer que preconceitos e discriminações contra este grupo sejam abolidos, que sentimentos de superioridade e de inferioridade sejam superados, que novas formas de pessoas negras e não negras se relacionarem sejam estabelecidas.

Partindo deste contexto, nota-se o quanto são importantes projetos voltados para essa temática e que visem um ensino nas escolas com maior foco em práticas melhor estruturadas e direcionadas a valorização da cultura afro-brasileira, com um olhar nas diversas contribuições do povo negro para a sociedade e, não apenas mostrar sua utilidade como mão de obra escravizada.

CONCLUSÕES

Os dados obtidos a partir dos questionários nos trouxeram uma visão muito ampla a respeito do público alvo do projeto, se constituindo como uma ação norteadora das atividades a serem realizadas no âmbito do mesmo. Através dessa etapa foi possível compreender um pouco sobre a formação familiar dos estudantes, os quais em sua maioria convivem com mais de cinco pessoas compartilhando renda de até um salário mínimo; obtivemos também o conhecimento sobre um ponto considerado central para a produção deste trabalho e quando se pretende trabalhar a respeito de identidade afro-brasileira, que é o que se refere a autoafirmação do ponto de vista étnico-racial por parte do público alvo. Todo esse levantamento de informações nos possibilitou uma visão mais abrangente sobre o perfil dos alunos(as) especialmente a respeito da questão identitária que trouxe a tona o fato de que entre os(as) alunos(as) uma pequena parcela se considera negro(a) ou preto(a) embora a realidade observada em sala de aula diga o contrário. Além do mais, ao acessar alguns escritos desses(as) alunos(as), constatamos unanimidade em suas opiniões. Com base nelas, entendemos que existe um caminho longo na busca de diversas estratégias que nos permitam alcançar uma sociedade que ofereça dignidade para todo o seu povo independente de etnia. Em especial ao povo negro em que muitos permanecem sendo obrigados a ocultarem sua verdadeira identidade, impedidos pelos sentimentos de vergonha e medo provocados pelo contexto ainda racista e preconceituoso em que todos estão inseridos cotidianamente na vida social.

Comprendemos também que existem meios de combater esse lado negativo, e deve ser através da educação, investindo intensamente na efetivação de ações voltadas para a valorização da

cultura e identidade afro-brasileiras, uma vez que existe ainda muita resistência em aceitá-la, o que pode ser explicado através do que escreveram os próprios alunos, segundo eles, na escola existe mais pessoas negras, porém estas não se declararam por vergonha, medo do preconceito, racismo e discriminação. Diante disso, entende-se que o projeto poderá desempenhar mudanças de pensamentos e atitudes construídas a partir de uma educação ao longo do tempo pautada no ensino eurocêntrico, vivenciada por muitos até os dias atuais e que sempre dificultou a ascensão de uma sociedade em que seus membros valorizam e respeitam os diversos grupos humanos. Compreende-se que é por meio do projeto **Identidade afro-brasileira e enfrentamento do racismo: construindo novas relações sociais**, que tem sido colocado em prática por meio de ações que visam um ensino de valorização da diversidade, pois como diz Munanga (2005) a diversidade se constitui como um fator enriquecedor da humanidade em geral, sem colocar nenhum grupo acima ou abaixo do outro no sentido de importância, além disso, busca-se amparar o aluno(a) discriminado para que ele consiga apropriar-se com orgulho e dignidade dos traços de sua diferença, especialmente quando esta foi introjetada em detrimento de sua própria natureza humana.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>>Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf> Acesso em: 15 – jul – 2018.

GEGLIO, Cesar. Paulo. Negros e Quilombolas: direitos e reconhecimento social. In: DAXENBERGER, S. C. A; SOBRINHO, S. G. R. (Org). **Comunidades Quilombolas: das reflexões às práticas de inclusão social**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. p. 7 – 170.

LOPES, Vera Neusa. Racismo, Preconceito e Discriminação: procedimentos didáticos pedagógicos e a conquista de novos comportamentos. **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Secad,2005. p,7-204. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

MATIJASCIC, Milko; SILVA, Tatiana Dias (Ed.). **Situação social da população negra por estado**. IPEA, 2014. Disponível em: < <http://www.seppir.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/pub-pesquisas/situacao-social-da-populacao-negra-por-estado-seppir-e-ipea>> Acesso em 16 jul.2018.

MINAYO, M. C. de S. (org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 26ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MUNANGA, Kabengele; (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Secad, 2005. 204 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 15 jul.2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. p,277.

RIBEIRO, Alan Augusto Moraes. “No meio e misturado”: o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública. **Conjectura: Filosofia e Educação**. Caxias do Sul-RS, v. 15, n. 1, p.67-77, 22 jun. 2010. Quadrimestral. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/183/174>>. Acesso em: 02 ago. 2018.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. **Superando o Racismo na escola**. 2. Ed. Brasília: Secad, 2005. p. 7-204. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprendizagem e Ensino das Africanidades Brasileiras: In: MUNANGA, Kabengele et al (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2. ed. Brasília: Secad, 2005. p. 7-204. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf>. Acesso em: 02 set. 2018.